



Assembleia Municipal de Monchique

ACTA N.º 01 / **200** 6

SESSÃO ¹ ORDINÁRIA **REALIZADA**

NO DIA 10 **DE** MARÇO **DE 200** 6

¹ Extraordinária ou ordinária conforme os casos

Acta número 1/2006

Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique realizada no dia 10 de Março de 2006.-----

Aos 10 dias do mês de Março do ano de 2006, pelas 21h25, nesta vila de Monchique, no edifício dos Paços do Município e Salão Nobre da Câmara Municipal de Monchique reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Monchique em sessão aprezada para as 21h00 desse dia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;-----

Dois: Ponto da situação e análise dos documentos de planeamento do PROT-Algarve (Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve), do PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal, do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e do Plano de Ordenamento da Albufeira de Odelouca.-----

A Assembleia foi presidida pelo seu Presidente, Fernando Reis Luís e secretariada por Henrique Jorge Vicente Maio, Segundo Secretário em substituição do Primeiro Secretário Mário Manuel Papuchinha David, ausente nesta sessão, nos termos do estatuído no nº 3 do artigo 46º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e por José Manuel da Silva Furtado nomeado Segundo Secretário por sugestão do Presidente a que o Plenário não obsteu.-----

Esteve presente o Presidente da Câmara, Carlos Alberto dos Santos Tuta.----

Assistiram à sessão os vereadores da Câmara Municipal, António José dos Santos de Jesus Francisco e Rui Patrício dos Ramos Andrez.-----

Pelas 21h25 o Segundo Secretário da Mesa procedeu à verificação e registo das presenças e das faltas. Encontravam-se presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros:-----

Do PS: Carlos Bruno Correia de Almeida, António José Conceição Pedro Rodrigues Páscoa; António Silvestre da Silva Nunes, Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho, Luís Filipe Silva Bebiano, Maria da Graça Cerro Batalim da Mota e João Humberto Sequeira Poucochinho; **do PSD:** Fernando

António Andrez Várzea, Rui Miguel da Silva André, António Manuel Rodrigues Venda, Paulo Alexandre Duarte Rosa, Luís Filipe de Carvalho Grade, Paulo Jorge Martins Teodoro e Francisco José Martins Freitas.-----

O Presidente da Mesa, verificando que havia quorum declarou aberta a sessão.-----

Votação da acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique realizada no dia 30 de Dezembro de 2006.-----

O Presidente da Mesa solicitou a dispensa da leitura da acta da sessão ordinária número 9/2005, realizada em 30 de Dezembro de 2005 que fora atempadamente enviada aos senhores membros para apreciação, junto à convocatória para a presente sessão, tendo também questionado o plenário por eventuais objecções ou comentários ao conteúdo da mesma.-----

Da parte do Plenário não houve qualquer objecção ao conteúdo da acta pelo que aquela foi colocada à votação.-----

Contabilizados os votos verificou-se que aquele documento foi aprovado por unanimidade.-----

Leitura do expediente: Nos termos do estatuído na alínea n) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com a alínea b) do nº2 do artigo 18º do Regimento da Assembleia Municipal de Monchique, o Presidente da Mesa deu conhecimento aos membros da correspondência dirigida, quer à Assembleia quer ao seu Presidente: Ofício do Grupo de Dinamização Cultural 'O Monchiqueiro', sem referência e sem data, registado com o nº 3, com o convite para a participação no Seminário "Evolução Histórica e Patrimonial da Urbe de Monchique e sua elevação a sede do concelho em 1773"; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 147, de 30 de Dezembro de 2005, registado com o nº 111, com o envio do boletim ANMP nº 142, referente a Dezembro 2005; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 4, de 9 de Janeiro de 2006, registado com o nº 5, prestando informações sobre o agendamento dos "XXIII Estados Gerais do Conselho dos Municípios e das Regiões da Europa; Ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 273, de 17 de janeiro de 2006, registado com o nº 6, com o envio de cópias de actas de reuniões do Executivo Municipal; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 12, de 31 de Janeiro de 2006, registado com o nº 7, com o envio do

boletim ANMP n.º 143, referente a Janeiro 2006; Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista 'Os Verdes', com a referência 141944, de 14 de Fevereiro de 2006, registado com o n.º 8, com o envio de cópia de intervenção da deputada Heloísa Apolónia na Assembleia da República, relativamente ao tema o Risco Sísmico em Portugal; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 19, de 15 de Fevereiro de 2006, registado com o n.º 9, solicitando informações sobre eleitos locais e respectivos contactos; Ofício da Assembleia Municipal de Faro, com a referência 31, de 20 de Fevereiro de 2006, registado com o n.º 10, com o envio de texto de moção relativa ao tema Hospital Central do Algarve, aprovado por maioria naquele Órgão; Ofício da Associação nacional de Municípios Portugueses, com a referência 30, de 2 de Março de 2006, registado com o n.º 11, prestando informações sobre vencimentos, compensações para encargos e senhas de presença dos eleitos locais para 2006; Ofício da Assembleia Municipal de Aljezur, com a referência 65, de 6 de Março de 2006, registado com o n.º 12, com o envio de texto de moção relativa ao Plano Sectorial da Rede Natura 2000, aprovada naquele Órgão; Ofício da Assembleia Municipal de Alcoutim, com a referência 07, de 6 de Março de 2006, registado com o n.º 13, com o envio de texto de moção relativa ao Plano Sectorial da Rede Natura 2000, aprovada naquele Órgão; Ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 1081, de 8 de Março de 2006, registado com o n.º 15, com o envio da informação escrita a ser presente à sessão da Assembleia Municipal; ofício da Câmara Municipal de Aljezur, com a referência 3064, de 8 de Março de 2006, registado com o n.º 16, com o envio de texto de documento relativo ao Plano Sectorial da Rede Natura 2000, aprovado pelos órgãos daquele município -----

Justificação de faltas. Foram presentes: carta da deputada Dina Paula Correia Baiona, sem referência, de 3 de Março de 2006, registada com o n.º 1, com justificação da falta à presente sessão e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte nas listas apresentadas pelo Partido Social Democrata à eleição da Assembleia Municipal de Monchique; carta do deputado Mário Manuel Papuchinha David, sem referência, de 30 de Novembro de 2005, registada com o n.º 2, com justificação para a sua falta à presente sessão e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte nas listas apresentadas pelo Partido Socialista à eleição da Assembleia Municipal de Monchique -----

A Mesa, nos termos das competências que lhe são cometidas pela alínea j) do n.º1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, considerou justificadas as faltas daqueles deputados municipais -----
 Pelas 21h30, atingido o período limite para o registo de assiduidade é o seguinte o quadro de presenças à presente sessão.-----

Presenças:-----

Força política	Nome
PS	Fernando Reis Luís
PSD	Fernando António Andrez Várzea
PS	José Manuel da Silva Furtado
PSD	Rui Miguel da Silva André
PSD	António Manuel Rodrigues Venda
PS	Carlos Bruno Correia de Almeida
PS	João Humberto Sequeira Poucochinho (em substituição de Mário Manuel Papuchinha David)
PSD	Francisco José Martins Freitas (em substituição de Dina Paula Correia Baiona)
PS	António José da Conceição P R. Páscoa
PSD	Paulo Alexandre Duarte Rosa
PS	António Silvestre da Silva Nunes
PSD	Luís Filipe de Carvalho Grade
PS	Henrique Jorge Vicente Maio
PS	Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho
PS - Pres. Junta de Freguesia de Alferce	Luís Filipe da Silva Bebiano
PSD - Pres. Junta de Freguesia de Marmeleite	Paulo Jorge Martins Teodoro
PS - Pres. Junta de Freguesia de Monchique	Maria da Graça Cerro Batalim da Mota

Faltas:-----

Força política	Nome	documento justificativo
PS	Maria da Graça Moreira da Silva Mira	não apresentou

M

PS	Mário Manuel Papuchinha David	Apresentou solicitando substituição
PSD	Dina Paula Correia Baiona	Apresentou solicitando substituição

Seguidamente deu-se entrada ao **Período Antes da Ordem do Dia**-----

Período Antes da Ordem do Dia-----

O Presidente da Mesa inquiriu os presentes por intervenções que eventualmente quisessem fazer-----

Falou o deputado Rui André, do PSD, tendo entregado à Mesa duas propostas/recomendações subscritas pelos membros da bancada do seu partido que passou a explicar: a primeira aconselhando que, com vista a maior participação da população nas reuniões do órgão deliberativo, sejam criados pontos estratégicos de informação municipal através da colocação de expositores que divulguem esse tipo de informação, em localizações a definir pela Assembleia; a segunda sugerindo que a Assembleia recomende à Câmara Municipal a urgência de levar a efeito um levantamento arqueológico do concelho de Monchique, com vista a evitar que o património se continue a dispersar por vários núcleos museológicos como tem acontecido até ao presente, não obstante, designadamente os esforços da bem aventurada mas inoperante Comissão Instaladora do Museu de Monchique. Estas duas recomendações passam a constituir respectivamente os anexos n.ºs 1/2006 e 2/2006 às actas.-----

A primeira destas recomendações mereceu o consenso do plenário e assim foi aprovada por unanimidade.-----

Relativamente à segunda, usou da palavra o deputado José Manuel Furtado, do PS, que, reportando-se à sua qualidade de membro da Comissão Instaladora do Museu de Monchique, teceu vários considerandos relacionados com museologia. Disse assim que a Comissão Instaladora deparara-se com dificuldades de diversa ordem só aparentemente de fácil resolução para quem está por fora. Contudo, de acordo com a orientação que a Comissão seguia, pretendia-se, mais do que criar um armazenamento/mostruário de peças, estabelecer núcleos vivos e isso concretizara-se até na aquisição e recuperação de um moinho, com o qual se quer dar a conhecer o seu funcionamento. Disse também que a filosofia actual da museologia preconiza a criação de núcleos centrais em detrimento de pequenos nichos, com acervos reduzidos, em cada localidade, fazendo

assim com que as visitas aos museus sejam mais profícuas, por abrangentes, e evitando também muitas vezes a duplicação de artefactos expostos nesses pequenos nichos. Por sua vez era utópico considerar que a autarquia tivesse, por si, a capacidade de meter mãos à obra para criar um museu, sem que houvesse investimentos por parte do Governo ou mesmo da Comunidade Europeia, como também era utópico pensar conseguir recuperar algumas das peças que já fazem parte do acervo de outros museus. Em resumo e concluindo o seu raciocínio disse que o assunto em questão mereceria um debate aprofundado que poderia eventualmente ser agendado especificamente -----

Falou o deputado Francisco Feitas, do PSD, que disse não partilhar inteiramente das ideias e conceitos expostos, porquanto pensava ser possível e mesmo importante haver ao menos um inventário de peças arqueológicas do concelho até se dispor de uma carta arqueológica. Por sua vez não subscrevia também a ideia de não ser possível recuperar algumas das peças dispersas por outros museus como se fossem os de Lagos e o da Figueira da Foz porque nalguns casos o que lá estava era um amontoado de peças com catalogação deficiente, e as vontades conjugadas da população de Monchique poderiam fazer muito por recuperá-las -----

Falou o deputado Carlos Almeida, do PS, dizendo que não se tratava de uma questão que pudesse ser abordada de ânimo leve, visto que havia diversas componentes do problema que mereciam uma abordagem aprofundada, como as intervenções precedentes tinham provado. Assim sugeria que o documento fosse distribuído pelas forças partidárias e se agendasse a sua eventual discussão e votação para o próximo plenário. -----

O Presidente da Assembleia Municipal disse que alternativamente poder-se-iam interromper-se os trabalhos da Assembleia por dez minutos por forma a permitir a correcção da redacção do documento e posterior votação, pois que conquanto fossem as propostas a ser votadas e não os considerandos, havia contudo partes no texto com que pessoalmente não concordava como fossem o dizer que a Comissão Instaladora do Museu era inoperante. -----

O deputado Rui André respondeu que o termo inoperante contido na recomendação não tinha intenção de retirar mérito à boa vontade dos membros da Comissão Instaladora do Museu de Monchique mas tão só dizer que esta não conseguira efectivamente recuperar nada de património -----

Depois de consultado o plenário ficou decidida a interrupção dos trabalhos

por dez minutos, após os quais se debateria e votaria a proposta em apreço.-
Assim foram interrompidos os trabalhos do plenário.-----

Após o retomar da sessão foi dada a palavra aos membros para intervenções
que quisessem fazer relativamente a este ponto -----

Falou o deputado Carlos Almeida tendo dito, que após análise feita ao
documento, nas condições em que fora, a sua bancada não o considerava
devidamente fundamentado para merecer a sua aprovação e nesse sentido os
seus membros iam votar contra -----

Falou ainda o deputado Rui André reiterando que a intenção da
recomendação agora apresentada fora a de fazer menção a que nada fora
feito no sentido de inventariar ou tentar recuperar património pertencente
ao município de Monchique.-----

Falou o deputado José Manuel Furtado reportando-se a casos concretos
começando por perguntar se os membros do PSD conheciam alguma peça de
Monchique, no museu Santos Rocha, uma vez que o mencionavam no texto
da recomendação mas não diziam qual a peça. Depois disse que havia uma
estela considerada de grande interesse que a Comissão, com o aval da Junta
de Freguesia de Monchique, sendo-lhe impossível obter o original, mandara
replicar e cujo custo fora elevado. Da mesma maneira a instalação do
núcleo museológico de arte sacra fora um esforço financeiro considerável
da parte daquela autarquia e todas estas contas poderiam muito bem ser
consultadas, por isso o declarar que a Comissão Instaladora do Museu era
inoperante era uma falsidade. Por seu lado também tinha sido dito que não
existia uma carta arqueológica e essa era mais outra incorrecção uma vez
que existe a carta arqueológica do Algarve e nesta, obviamente, está
localizado o concelho de Monchique e assinalados os pontos de interesse ou
os pontos onde foram descobertos artefactos e bem assim a classificação
sistemática desses artefactos. Em conclusão disse que continuava a
considerar a recomendação apresentada como utópica, uma vez que há
muitas situações relacionadas com museologia dependentes de políticas
nacionais, onde os municípios não têm voz activa, e pelas razões
enumeradas a bancada do Partido Socialista não podia concordar com a
forma e conteúdo, conquanto estivesse de acordo com a ideia imanente que
o património da terra deve ser estudado, preservado e divulgado -----

Após estas intervenções não havendo mais ninguém inscrito para falar foi a
recomendação colocada à votação -----

Contabilizados os votos verificou-se que esta foi rejeitada por maioria com o seguinte resultado:-----

Fernando Reis Luís	Votou contra
José Manuel da Silva Furtado	Votou contra
Carlós Bruno Correia de Almeida	Votou contra
João Humberto Sequeira Poucochinho	Votou contra
António José da Conceição Pedro Rodrigues Páscoa	Votou contra
António Silvestre da Silva Nunes	Votou contra
Henrique Jorge Vicente Maio	Votou contra
Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho	Votou contra
Luís Filipe da Silva Bebiano	Votou contra
Maria da Graça Cerro Batalim da Mota	Votou contra
Paulo Jorge Martins Teodoro	Votou a favor
Fernando António Andrez Várzea	Votou a favor
Rui Miguel da Silva André	Votou a favor
António Manuel Rodrigues Venda	Votou a favor
Francisco José Martins Freitas	Votou a favor
Paulo Alexandre Duarte Rosa	Votou a favor
Luís Filipe de Carvalho Grade	Votou a favor

Votos a favor: 7; votos contra: 10 -----

Falou o deputado Rui André que, em nome da bancada do Partido Social Democrata, felicitou o Presidente da Câmara pela sua eleição como presidente da delegação portuguesa do Comité das Regiões da Comunidade Europeia. Sendo este um cargo de grande responsabilidade e que muito dignificava o concelho esperava, bem como todos os eleitos do seu partido, que a partir de agora se comesçassem a ver benefícios para o município de Monchique com esta eleição uma vez que era inerente ao facto de ser presidente de uma câmara. Sendo o concelho de Monchique uma região onde habitam muitos estrangeiros, muitos dos quais formados e com grande potencial de trabalho e de ideias e, caminhando o planeta cada vez mais para uma forma de multi-culturalidade global, o Presidente da Câmara estava agora numa posição privilegiada para tirar partido dessas circunstâncias e poder articular e potenciar as valências que daí possam advir e sejam benéficas para Monchique.-----

24

Não havendo mais inscrições para falar sobre o ponto em agenda deu-se entrada ao Período da Ordem do Dia.-----

Período da Ordem do Dia -----

Um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;-----

Após a introdução deste ponto cujo documento passa a constituir o anexo n.º 3/2006 às actas, o Presidente da Assembleia Municipal inquiriu o Presidente da Câmara se este pretendia complementar a informação escrita. Falou o Presidente da Câmara começando por esclarecer que fora nomeado membro do Comité das Regiões por deliberação do Conselho de Ministros não estando por isso a representar o município de Monchique e sim o Estado juntamente com mais onze membros de diversas cores partidárias. Trata-se de um cargo de muita responsabilidade e nessa perspectiva já se encontrava a trabalhar conjuntamente com o secretário de Estado dos Assuntos europeus e o embaixador em Bruxelas a estudar o próximo QCA já que, por via do alargamento da UE e do correspondente efeito estatístico, tudo indica que os auxílios para o país possam ser reduzidos Reportou-se depois à informação escrita explicando ao Plenário que o atraso na sua distribuição pelos membros teve a ver não com as informações sectoriais mas com a calendarização irracional definida pelos inúmeros planos que chegaram em catadupa e implicaram muito trabalho suplementar na elaboração dos documentos finais.-----

Depois o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Plenário para intervenções que os membros quisessem fazer relativamente ao ponto em agenda -----

Falou o deputado Paulo Teodoro, do PSD, Presidente da Junta de Freguesia de Marmelete que, reportando-se ao item limpeza e desassoreamento de aquedutos e valetas ao longo de toda a rede viária municipal, começou por chamar a atenção para o facto de essa limpeza na estrada que serve Águas Belas e Enxameadouro estar a ser feita com o trabalho de um funcionário da Junta nas horas livres de que dispõe. Depois reportou-se ao tema reparações de caminhos para dizer que nesta altura era de se pensar na pavimentação do caminho que liga o sítio de Almarjão com o parque eólico da Madrinha e não simplesmente proceder à sua reparação como constava no documento. Para terminar a sua intervenção reportou-se à obra que estava a ser levada a

efeito na povoação de Marmeleite, na estrada Nacional 267, para dizer que era importante esta dispor de uma fiscalização eficaz já que a empreitada estava a ser paga e, muitas das vezes, os empreiteiros, quando não fiscalizados, caem em certo laxismo e criam incómodos para os residentes que, todavia, vão-se queixar é à Junta de Freguesia.-----

Falou o deputado Rui André começando por dizer que o Presidente da Câmara quando referia que a sua nomeação para presidente do Comité das Regiões não tinha a ver com o facto de ser presidente de um município estava a querer enganar alguém porque não tinha cabimento imaginar-se o cidadão Carlos Tuta ser nomeado, juntamente com os seus pares do Comité, todos eles autarcas. Depois reportou-se à informação escrita e ao item campo de jogos municipal para perguntar se a verba inscrita de €272 515.00 se refere ao pavimento ou se engloba também a construção de bancadas. Ainda relativamente a este ponto e dado o elevado investimento realizado com dinheiros da autarquia questionou se no futuro o dito campo de jogos estaria aberto à utilização por parte de outras colectividades ou seria de uso exclusivo do Juventude Desportiva Monchiquense. Depois referiu a informação onde constava ter sido feita uma estabilização de paredes de um prédio em ruínas no Barranco dos Pisões para perguntar se o prédio em questão era porventura o moinho que a Junta de Freguesia de Monchique estava a recuperar, já que este ainda não abrira e seria legítimo pensar que tinha problemas que teriam de ser resolvidos antes de tal suceder. Relativamente ao Largo dos Chorões mencionou a informação onde se referia ter sido lançado concurso para a prestação de serviços de fiscalização coordenação e planeamento da empreitada de requalificação e revalorização daquele largo, para perguntar quando é que definitivamente acabariam as obras naquele sítio. Falou seguidamente da Feira dos Enchidos Tradicionais, cuja última edição correrá bem - e desse facto se congratulava -, e em cujo âmbito alguns dos produtores da terra se tinham deslocado a Vinhais para observar e fazer intercâmbio de experiências, e desse facto se congratulava, para referir que uma das diferenças que havia era o facto de aquela povoação dispor já de uma sala de abate, coisa que ainda não sucede em Monchique, e assim questionava o Presidente da Câmara qual o ponto da situação da que se prevê construir no concelho. Para terminar referiu-se ao projecto Aquageste, no âmbito do qual constava na informação que se encontra a decorrer o estudo para a valorização sócio-ambiental da ribeira

de Monchique na linha de água da Fonte Santa da Fornalha, perguntava se neste programa se enquadrava também a resolução do problema da descarga a céu aberto de esgotos do bairro de São Roque -----

Falou a deputada Graça Batalim, do PS, Presidente da Junta de Freguesia de Monchique, em resposta ao membro Rui André dizendo que, na informação escrita, a referência do arranjo de um prédio no Barranco dos Pisões era a um prédio em ruínas e pelo menos o deputado devia deduzir que não se podia tratar do moinho da Junta de Freguesia já que este estivera sujeito a obras e certamente não estaria em ruínas -----

Interveio o deputado Carlos Almeida dizendo ao deputado Rui André que deveria ter ido ver o moinho antes de colocar a questão que colocara.-----

Terminadas as intervenções o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para este responder às questões suscitadas pelos membros.-----

Falou o Presidente da Câmara tendo começado por dizer que achava mais importante falar de outros assuntos que tinham sido o motivo para a reunião do que estar a repisar no assunto dos esgotos de São Roque de que toda a gente, à excepção do deputado Rui André, sabia estavam relacionados com o sistema multi-municipal. Em relação à sala de abate disse que esse assunto já tinha sido tratado e constava do orçamento da Câmara para o ano em curso, conquanto se estivesse ainda em Março. Quanto ao Largo dos Chorões – tratava-se da segunda fase da obra de que também toda a gente era já ciente à excepção do senhor deputado. Disse também que a consolidação de muros em sítios confinantes com áreas públicas era da responsabilidade da Câmara Municipal. Relativamente ao campo de jogos disse que no documento referia-se o campo sintético e não as bancadas. Quanto à sua utilização por parte de outras entidades tal teria de obedecer aos critérios definidos no protocolo firmado entre a Câmara e o Juventude Desportiva Monchiquense e em consonância com as actividades municipais. Por fim disse que efectivamente tinha sido nomeado para o Comité das Regiões pelo facto de ser autarca mas também o podia ter sido por ser vereador ou membro da Assembleia Municipal, como era o caso de alguns dos elementos que integravam o comité. Depois dirigiu-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Marmeleite para dizer que a Câmara Municipal já se encontrava a trabalhar naquela freguesia desde Setembro de 2005 e havia outras freguesias a atender também, se bem que as suas reivindicações não

estivessem em esquecimento, porquanto, designadamente na zona de Almarjão, apenas o estado climático é que tinha impedido o andamento dos trabalhos.-----

Falou o deputado Rui André para responder ao aparte do deputado Carlos Almeida, dizendo que quando fora membro da Assembleia de Freguesia de Monchique fizera um requerimento para ir, conjuntamente com os outros membros, seus pares, visitar o moinho e tal foi-lhe recusado. Depois dirigiu-se ao Presidente da Câmara e, reportando-se aos esgotos de São Roque, perguntou-lhe se este não se envergouha, numa altura em que o Ambiente representava uma bandeira para os municípios e em que havia coimas para os poluidores, de ter os esgotos de um bairro de habitação social construído pelo seu executivo a correr a céu aberto para a ribeira, dizendo que havia outros assuntos mais importantes para discutir.-----

-Respondeu o Presidente da Câmara à intercalação do deputado Rui André dizendo-lhe que era provocador e mentiroso porque ele, Presidente da Câmara, não dissera isso que o deputado afirmava. Dissera-lhe simplesmente que ele não sabia o que era um sistema multi-municipal de esgotos.-----

Pedi a palavra de novo o deputado Rui André, invocando a defesa da honra, a que o Presidente da Assembleia Municipal acedeu recomendando-lhe que se ativesse estritamente a essa defesa, visto as intervenções de carácter político estarem encerradas relativamente ao ponto em agenda.-----

Como o Presidente da Câmara tivesse solicitado licença para se ausentar por breves momentos o deputado Rui André requereu a sua presença ou a de um substituto ao que o Presidente da Assembleia Municipal respondeu que o deputado não estava no direito de fazer essa exigência e que se quisesse fazer a sua declaração de defesa da honra poderia fazê-la, que esta ficaria registada em acta.-----

Assim, o deputado Rui André declarou: *“repudiar veementemente esta falta de respeito, não só para comigo, como para todos os membros da Assembleia, ao se ter ausentado da sala sem deixar uma pessoa a substituir”*.-----

Tendo o Presidente da Câmara regressado à sala o deputado Rui André continuou a sua intervenção dizendo: *“as questões do ambiente não podem ser abordadas da maneira que o senhor fala. porque o senhor é que tem dado cabo deste património que nós temos em Monchique e é uma vergonha*

que o senhor tenha levado este concelho ao que levou e que agora se vá embora daqui a mais um ano ou dois e deixe esta terra numa vergonha que muito trabalho e muito empenho trará a quem vier a seguir” -----

O Presidente da Assembleia Municipal fez lembrar ao deputado que lhe tinha concedido a palavra para defesa da honra pessoal e não para fazer ataques pessoais e assim tinha extravasado o âmbito da intervenção -----

Falou o deputado Carlos Almeida para pedir escusas ao deputado Rui André pelo aparte que tinha alvitrado, dizendo contudo que quando as pessoas falam devem informar-se previamente sobre o que estão a dizer. -----

-Sanado o incidente o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

Dois: Ponto da situação e análise dos documentos de planeamento do PROT-Algarve (Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve), do PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal, do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e do Plano de Ordenamento da Albufeira de Odelouca. -----

Foi enviado aos líderes das bancadas com assento no Plenário um DVD contendo ficheiros com o texto das diversas propostas em apreciação. Este DVD passa a constituir o anexo n.º 4/2006 às actas. -----

Após a introdução deste ponto o Presidente da Assembleia Municipal disse que o tema de que se tratava, pela importância de que se revestia iria levar muito tempo a ser analisado, provavelmente passando para outra sessão do órgão deliberativo. Disse que pensava que, em princípio, o Plenário iria estar consonante porque o que estava em jogo nos temas em análise era, não a política partidária ou os partidos que tinham elegido os membros da Assembleia, mas o município de Monchique e as consequências para todos e mesmo para as gerações vindouras da entrada em vigor dos referidos planos, sendo que não se podia admitir que quem estava sentado num gabinete em Lisboa ou Faro tomasse decisões, sem consulta, sobre o que não conhece ou que coloca Monchique no mesmo plano de Albufeira ou da Praia da Rocha. Sugeriu também, de acordo com um critério que lhe parecia apropriado, que o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROIAL), por ser o menos pacífico, ficasse para ser discutido no fim e se destinasse dez minutos para discussão de cada um dos outros começando-se pelo Plano de Ordenamento da Albufeira de Odelouca. Estava previsto também, caso fosse necessário, os técnicos da Câmara Municipal virem ao plenário para

poderem explicar qualquer questão que pudesse suscitar dúvidas. Depois concedeu a palavra ao Presidente da Câmara -----

Falou o Presidente da Câmara começando por dizer que teria de abordar todos estes planos em discussão numa perspectiva global. Depois começou por fazer um enquadramento cronológico dos factos e circunstâncias que estavam na génese dos documentos em apreciação. Disse assim que em Dezembro de 2005 fora apresentado à Câmara Municipal de Monchique uma proposta final contendo diversos volumes mas ainda assim incompleta do PROIALgarve, documento esse elaborado sob a supervisão do Prof. Paulo Correia entre 2004 e 2005, cujo processo contudo parou e só veio a ser reactivado em finais de 2005, já sem a equipa deste professor. Essa documentação foi depois entregue aos chefes de divisão da autarquia para que estes o lessem e atempadamente se apercebessem de todas as suas vertentes, quais os constrangimentos e limitações que poderia originar para o Algarve e em particular para Monchique, para se proceder seguidamente à elaboração de um documento síntese. Na análise efectuada pelos técnicos da Câmara Municipal foram detectadas diversas imprecisões e incorrecções, como é exemplo o facto de não conter uma análise e diagnóstico da unidade territorial serra, das quais se dá conta no documento síntese elaborado. Em 27 de Janeiro de 2006 em reunião da Comissão Mista do Coordenação do PROIALgarve foi oficialmente apresentada a sua proposta final. Por estar presente o Secretário de Estado do Ordenamento foi solicitada uma reunião com este, com carácter de urgência. Foi pedido também ao Presidente da Comissão que aqueles papeis fossem transformados num documento técnico para ser analisado pelos quadros das câmaras e não fosse apenas analisado na Comissão Mista. Nessa reunião os presidentes de câmara também transmitiram ao Secretário de Estado a sua estranheza pelo afastamento do prof. Paulo Correia e a sua equipa e conseguiram que fosse agendada nova reunião para 24 de março de 2006. Apareceu entretanto, através de um edital a agendar a sua discussão pública para o prazo compreendido entre 26 de Fevereiro a 10 de Março, o Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Significa isto que confrontar os dois planos e fazer um estudo aprofundado de cada um com os prazos restritos e quase simultâneos que apresentavam tornava-se uma tarefa desmesurada e praticamente impossível mas, como se não bastasse eis que aparece também o Plano Regional de Ordenamento Florestal, um processo que estava parado desde 2004, através de um ofício a

convocar as câmaras municipais para uma reunião em 24 de Fevereiro, com indicação clara de que os seus representantes fossem logo mandatados para aprovarem o processo com vista a ser entregue ao ministro da tutela para ser colocado à discussão pública. Acresce a toda esta situação o aparecimento, quase em simultâneo, do Plano de Ordenamento da Albufeira de Odelouca, que envolve os municípios de Monchique e de Silves, conquanto que este seja para discussão pública agendada para Junho de 2006, isto é com algum prazo para análise atempada. Em resumo, nas últimas três semanas os técnicos da autarquia estudaram, o mais exaustivamente possível, os documentos que surgiram em catadupa, para tentar perceber com alguma clareza, o que é que era elegível, quais os benefícios e malefícios para o concelho e o que é que o Presidente da Câmara de Monchique irá dizer na reunião relativa ao Plano Sectorial da Rede Natura, agendada para 17 de Março. Pelas razões aduzidas e tendo em conta a emergência destes factos solicitava que o Presidente da Assembleia Municipal agendasse uma sessão extraordinária do órgão deliberativo impreterivelmente até 24 de Março próximo com vista a marcar a sua posição relativamente aos temas em análise. Continuou ainda manifestando o seu desapontamento para com a Grande Área Metropolitana do Algarve, porquanto esta entidade, enquanto órgão congregador das vontades das autarquias tinha produzido um documento de considerandos avulsos, sem a mínima consistência técnica, jurídica ou política, que nem sequer podia ser nem de perto nem de longe comparado com o documento produzido pelos técnicos da Câmara de Monchique. Chamou ainda a atenção dos membros do plenário para determinados itens dos documentos em apreço, mencionando designadamente que as propostas do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e do PROF eram um atentado às autarquias e, mais que isso, aos produtores florestais porque iriam obstar a que muitos trabalhos se fizessem e, além disso, englobavam situações obscuras como fosse o facto de em 1999 estarem caracterizados 16 lince na serra de Monchique e agora já não estar nenhum, porque certamente tem interesse para alguém que assim seja ----- Terminada esta explanação o Presidente da Câmara solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal que procedesse à distribuição do texto contendo os pareceres técnicos sobre os temas em análise, aprovados por unanimidade na reunião extraordinária do Executivo Municipal decorrida no próprio dia, para que os membros, mais facilmente fiquem inteirados da complexidade e

contradições destas propostas e desta forma mais habilitados a decidir. Este documento passa a constituir o anexo n.º 5/2006 às actas.....

Após a distribuição deste documento o Presidente da Assembleia Municipal questionou os membros do Plenário por intervenções que estes quisessem fazer relativamente aos temas em debate

Da parte destes não houve qualquer intenção de intervir pelo que o Presidente da Assembleia Municipal sugeriu o agendamento de uma sessão extraordinária do órgão deliberativo para dia 21 de Março, aproveitando o ensejo de haver uma reunião do órgão executivo na parte da manhã

Da parte dos membros não houve qualquer objecção pelo que o Presidente da Assembleia Municipal informou que iria enviar a convocatória para aquele dia e, não havendo mais nada a tratar deu por encerrado este ponto --

Tratando-se de uma sessão ordinária, seguidamente, foi dada a palavra ao público presente

Inscreeveu-se para falar o cidadão Hélder Nunes, residente em Bairro da Função Pública, bloco I, 3º esq., em Lagos, acerca de um tema relacionado com os lincs da serra de Monchique.....

O Presidente da Assembleia Municipal disse ao cidadão que uma intervenção desse tipo não tinha a ver directa ou indirectamente com a actividade municipal e assim não se enquadrava no que o Regimento da Assembleia Municipal prevê para as intervenções do público e, consequentemente não lhe concedeu a palavra.....

Assim deu-se por encerrada a sessão da Assembleia Municipal pelas 23h20 do dia 10 de Março de 2006, da qual se lavrou esta acta que depois de lida, discutida e aprovada será assinada pela Mesa e por um representante de cada força política com assento nesta Assembleia.....

